



**DECRETO Nº 6877/2026**

INSTITUI O COMITÊ INTERSETORIAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO – PR E DISPÕE SOBRE A COORDENAÇÃO, ELABORAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO DE AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZ MACHADO**, Estado da Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO** o art. 227 da Constituição Federal, que assegura prioridade absoluta aos direitos da criança;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** a Lei Federal nº 13.257/2016 – Marco Legal da Primeira Infância;

**CONSIDERANDO** A Lei Municipal nº 1607, de 07 de dezembro de 2017 – que dispõe sobre a política de atendimento da criança e adolescente, estabelece a estrutura e o funcionamento do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente (CMDCA), do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente (FMDCA), do conselho tutelar do município de Cruz Machado - PR, e dá outras providencias;

**CONSIDERANDO** a necessidade de planejamento intersetorial das políticas públicas destinadas às crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos;

**CONSIDERANDO** as orientações e determinações constantes em instrumentos de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado da Paraná acerca da institucionalização da governança da Primeira Infância;

**DECRETA:**



**Art. 1º** Fica instituído o Comitê Intersectorial da Primeira Infância – CIPI, instância permanente de governança responsável pela articulação, planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à Primeira Infância no âmbito do Município de Cruz Machado - PR.

## **CAPÍTULO I**

### **DA FINALIDADE**

**Art. 2º** O Comitê tem por finalidade:

- I – Promover a integração das políticas públicas de saúde, educação, assistência social, planejamento, orçamento, proteção e demais áreas correlatas;
- II – Coordenar a implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância;
- III – Coordenar a elaboração do Plano de Ação das Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância;
- IV – Assegurar que as ações previstas sejam incorporadas aos instrumentos de planejamento e orçamento municipal.

Parágrafo único. O Plano Municipal pela Primeira Infância e o Plano de Ação das Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância serão objeto de avaliação periódica pelo Comitê Intersectorial, podendo ser revisados e atualizados sempre que necessário, a fim de assegurar sua compatibilidade com as demandas sociais, os instrumentos de planejamento e orçamento municipal e as diretrizes legais vigentes.

## **CAPÍTULO II**

### **DA CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO**

**Art. 3º** Compete ao Comitê coordenar a construção do Plano de Ação das Políticas Públicas voltadas à Primeira Infância, observando:

- I – Diagnóstico situacional da Primeira Infância no Município;
- II – Definição de eixos estratégicos intersectoriais;



- III – Estabelecimento de metas mensuráveis e indicadores;
- IV – Definição de responsabilidades por órgão executor;
- V – Fixação de prazos de execução;
- VI – Identificação das fontes de financiamento;
- VII – Compatibilização com o Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA;
- VIII – Instituição de mecanismos de monitoramento e avaliação.

Parágrafo único. O Plano será submetido à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

### **CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS GERAIS**

**Art. 4º** Compete ainda ao Comitê:

- I – Monitorar e avaliar a execução das ações previstas no Plano;
- II – Elaborar relatórios anuais de acompanhamento;
- III – Propor ajustes necessários;
- IV – Garantir a participação da sociedade civil;
- V – Articular parcerias institucionais.

### **CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 5º** O Comitê será composto por representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos:

- I – Secretaria Municipal de Educação;
- II – Secretaria Municipal de Saúde;
- III – Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- IV – Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;
- V- Secretaria Municipal de Assistência Social



VI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

VII – Conselho Tutelar;

§1º Os membros serão nomeados por Portaria do Chefe do Poder Executivo, através de indicação dos responsáveis pelos órgãos acima.

§2º O mandato será de 02 (dois) anos, permitida reconduções.

## **CAPÍTULO V DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

**Art. 6º** O Comitê terá a seguinte estrutura organizacional:

- I – Coordenação;
- II – Vice-Coordenação;
- III – Secretaria Executiva.

Parágrafo Único. A Coordenação, Vice-Coordenação e Secretaria Executiva serão eleitos entre os membros na primeira reunião ordinária, convocada no ato de nomeação dos membros.

## **CAPÍTULO VI DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 7º** O Comitê reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente quando necessário, de acordo com regimento interno a ser elaborado por esse Comitê, conforme prazo estipulado nesse decreto municipal.

§1º As reuniões serão registradas em atas.

§2º O quórum mínimo será de maioria simples dos membros.

## **CAPÍTULO VII DO MONITORAMENTO**



**Art. 8º** O Comitê instituirá sistema de monitoramento com metas e indicadores pactuados.

**Art. 9º** Será elaborado relatório anual consolidado das ações desenvolvidas, a ser encaminhado ao Chefe do Poder Executivo e aos órgãos de controle, quando solicitado.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10.** A participação no Comitê constitui serviço público relevante, não remunerado.

**Art. 11.** O Comitê elaborará seu Regimento Interno no prazo máximo de 120 dias a contar da primeira reunião ordinária.

**Art. 12.** Esse Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Cruz Machado, 26 de junho de 2026.

---

Carlos Nowak  
Prefeito Municipal